



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS

MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000

CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ref. PLO-E 15/2026

Protocolo Geral 327/2026

Projeto de Lei Ordinária. Inclui ações no PPA, na LDO, e na LOA, e visa conferir Autorização para Abertura de Crédito Adicional.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

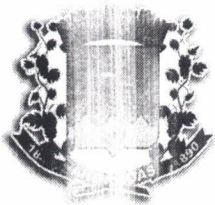
Excelentíssimos Vereadores;

1. Objeto da Análise

O presente parecer jurídico tem por finalidade analisar, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, o Projeto de Lei Ordinária (PLO) n.º 15, de 1.º de abril de 2026, de iniciativa da Prefeita Municipal, que visa incluir plano de ação no PPA, na LOA e na LDO, e autorizar a abertura de Crédito Adicional Especial no montante de R\$222.514,24 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos), para efetivar o cumprimento das emendas impositivas realizadas no orçamento de 2026. A medida vem fundamentada no artigo 43, §1º, I e II da Lei 4.320/64, consoante justificativa anexa à proposta.

2. Fundamentação Jurídica

2.1. Adequação da Modalidade Legislativa:



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS

MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



A proposição legislativa tramita sob a forma de Projeto de Lei pelo Executivo, instrumento normativo adequado para a matéria em questão. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) e a Lei Orgânica do Município (LOM) reservam a Lei Complementar para matérias específicas e delimitadas, não se enquadrando a inclusão de ações nas leis orçamentárias e a autorização para abertura de crédito adicional especial nesse rol taxativo. Portanto, a escolha da Lei Ordinária como veículo normativo mostra-se tecnicamente correta.

2.2. Análise da Iniciativa Legislativa:

A iniciativa para a proposição de leis que versem sobre matéria orçamentária e autorização para abertura de créditos adicionais é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme expresso no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal (LOM):

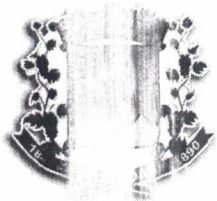
"Art. 45. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

IV – matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções."

Essa prerrogativa decorre da necessidade de o Poder Executivo, responsável pela gestão das finanças públicas, ter a iniciativa legislativa sobre matérias que impactam diretamente o orçamento municipal. A proposição em análise, ao buscar autorizar a abertura de crédito adicional suplementar, insere-se inequivocamente na competência privativa do Prefeito, estando, portanto, formalmente em consonância com a LOM.

2.3. Crédito Adicional Especial e a Lei nº 4.320/64:



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS

MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



A Lei Federal nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro, disciplina a abertura de créditos adicionais em seu art. 41:

"Art. 41 - Os créditos adicionais classificam-se em:

I - Suplementares, destinados a reforçar dotação orçamentária já existente;

II - Especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - Extraordinários, destinados a atender a despesas urgentes e imprevistas. (destaques nossos)"

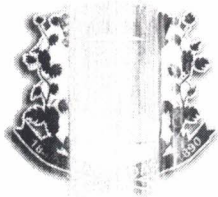
No caso em tela, o PLO E n.º 15/2026 busca autorizar a abertura de crédito adicional especial, ou seja, para criar ação e realizar despesa não prevista no orçamento.

3. Considerações Adicionais

A autorização para a abertura de crédito adicional especial constitui-se como ferramenta necessária para garantir a execução de políticas públicas e o atendimento às necessidades da população. A correta aplicação desses recursos, em conformidade com as destinações especificadas no projeto de lei, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

4. Conclusão

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica manifesta-se favoravelmente ao regular trâmite do Projeto de Lei Ordinária n.º 15/2026, por entender que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Não se vislumbram, *data vênia*,



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS

MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



obices que impeçam o seu prosseguimento. Recomenda-se, portanto, a sua submissão às Comissões temáticas competentes para análise de mérito e, posteriormente, a sua apreciação pelo Plenário da Câmara Municipal, em conformidade com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Andradas, 16 de abril de 2026.


Patrícia Titato Medeiros Dias

OAB/MG 74.834


José Antonio Conti Júnior

OAB/MG 139.687